Assistentes Sociais e Trabalhadores

Sergio Lessa

Professor Departamento de Filosofia da UFAL e membro da editoria da Revista Crítica Marxista

[Serviço Social: temas em debate. Maceió: EDUFAL, 2002]

Resumo: o artigo procura fixar a distinção ontológica entre o trabalho e o trabalho abstrato, e entre os assalariados em geral e os operários.

Palavras chaves: trabalho, trabalho abstrato.

Até que ponto, e em que termos, podemos dizer que os assistentes sociais são trabalhadores? Esta questão, talvez mais do que qualquer outra, atrai inicialmente o interesse de boa parte das pessoas que tomam contato com a atual polêmica envolvendo a identificação do serviço social com o trabalho.

Há alguns anos atrás, chegou-se à conclusão que era necessário uma alteração bastante profunda no currículo dos cursos de graduação do Serviço Social e que a oportunidade deveria ser aproveitada para um aprofundamento do compromisso da categoria com os trabalhadores. A concepção de fundo, rigorosamente justa, é que vivemos numa sociedade de classes e que, historicamente falando, cabe aos assistentes sociais um lugar ao lado dos trabalhadores na luta por uma sociedade socialista. Deveríamos mostrar, aos assistentes sociais em formação em nossos cursos universitários, como compartilham do destino dos trabalhadores. E, para isso, concluiu-se equivocadamente que o melhor seria demonstrar como os próprios assistentes sociais *são trabalhadores, tal como os são os operários*. Passo seguinte, foi a identificação da práxis dos assistentes sociais com a práxis dos operários industriais, trazendo para a análise da prática profissional as categorias inerentes à atividade fabril, como matéria-prima, processo de trabalho, produto, etc. O texto mais explícito nesse sentido foi o de Sara Grannemam (1999), ainda que a responsabilidade maior pela defesa dessa posição seja de Marilda Yamamoto.

Ainda que motivada por razões corretas, a tentativa de demonstrar como o assistente social é um trabalhador tal como o operário embaralhou duas questões: a primeira delas, levou à identificação (incorreta) da práxis do operário com a práxis do assistente social. Em segundo lugar, levou à identificação (incorreta) da classe operária com a pequena-burguesia, classe à que pertence os assistentes sociais. Voltamos a repetir: aproveitar a alteração curricular para fortalecer o vínculo ideológico dos assistentes sociais com os trabalhadores é um objetivo que julgamos o mais justo. Todavia, o meio pelo qual se buscou esse objetivo, a nosso ver, é equivocado.

1- A práxis dos assistentes sociais e a práxis do operário

Gilmaísa Macedo, em várias oportunidades (por ex., Macedo: 2000), argumentou o que nos parece ser o fundamental desta comparação entre a práxis dos operários e a dos assistentes sociais: enquanto o operário transforma uma matéria que, provendo da natureza, não pensa; o assistente social atua sobre comportamentos de indivíduos que, necessariamente, pensam. Por isso, enquanto o operário tem no seu objeto uma matéria que se comporta segundo leis fixas, que vêm da física, da química e da biologia, os assistentes sociais atuam sobre relações sociais cuja forma e conteúdo dependem, em larguíssima medida, daquilo que os próprios indivíduos pensam e sentem a cada momento, da reação dos indivíduos a cada fato histórico. Ou seja, enquanto o operário atua sobre um pedaço de ferro para transformá-lo, o assistente social tem que atuar sobre indivíduos para forçá-los e/ou convencê-los a se comportarem de determinada maneira.

A relação do assistente social com os indivíduos é uma relação de convencimento (que pode envolver pressão e coação), enquanto que, na relação do operário com o ferro, trata-se imediatamente de fazer do ferro aquilo que se deseja. No primeiro caso, convencer envolve sempre a mediação da ideologia, no segundo caso é impróprio tentar convencer o ferro a se comportar, digamos, como um martelo. A ideologia, nesse último caso, está apenas do lado do operário e não da matéria a ser transformada.

Como, para Marx, sem a transformação da natureza não há existência social possível, ele denominou de matéria-prima, isto é, primeira, a porção da natureza que se se propõe a transformar. As relações sociais, que também podem e devem ser transformadas pela práxis humana, é uma matéria-*secunda*, isto é, um objeto que apenas pode se constituir tendo por base um determinado patamar de transformação da natureza. Este patamar, lembremos, é historicamente determinado, de modo predominante, pelo desenvolvimento das forças produtivas.

Desse ângulo, a práxis do assistente social e a do professor são muito semelhantes. Ambos operam sobre as pessoas e as relações sociais e não transformam diretamente a natureza. Por isso, para os dois profissionais a ideologia é uma mediação fundamental: tanto para o professor quanto para o assistente social trata-se de modificar o que as pessoas pensam, como elas sentem, como elas percebem o mundo em que vivem, para que seja possível a alteração (ou manutenção) de determinadas relações sociais.

Portanto, as práxis do assistente social e do operário são distintas, em primeiro lugar, porque a matéria que devem transformar são qualitativamente (ontologicamente) distintas. O operário transforma a natureza, uma matéria que desconhece qualquer mediação da ideologia na sua existência. O assistente social transforma as pessoas, as relações sociais, e estas são qualitativamente (ontologicamente) diferentes da matéria natural. Pois as pessoas pensam e sentem, são tudo menos "coisas". Por isso a práxis do assistente social é, no dia a dia, completamente diferente da práxis do operário. Não apenas seu local social é muito distinto (o operário trabalha na fábrica e o assistente social na enorme maioria das vezes em órgãos públicos e assemelhados), mas a própria atividade é em tudo muito distinta.

Esta é a razão fundamental de a preparação profissional de um assistente social ser tão distinta da de um operário. Os conhecimentos e as habilidades requeridas são muito diversas, em cada caso. E isto decorre do fato de que eles atuam sobre uma "materialidade" e sobre necessidades sociais em tudo distintas.

Se quisermos trazer para a práxis dos assistentes sociais a "instrumentalidade" da práxis operária, a análise será inevitavelmente deturpada. Pois denominar de matéria-prima os indivíduos e as relações sociais a serem transformadas é considerar como "coisas" o que são pessoas. E, também inversamente, considerar que as "coisas" possuem propriedades de pessoas, como a ideologia e a capacidade de escolha, é um procedimento equivocado. Além disso, o "processo de trabalho" do operário tem por fundamento o fato de que o ferro (no nosso exemplo) não opõe qualquer resistência consciente à sua transformação em martelo; já os indivíduos podem conscientemente se opor ou apoiar uma determinada iniciativa e o sucesso pode estar, em larga medida, no seu poder (ou não) de convencer as pessoas de qual seria a melhor alternativa. Por isso o serviço social é mediado pela política e pela ideologia: antes de transformar as relações sociais é necessário convencer e/ou coagir as pessoas.

O equívoco de analisar a práxis do assistente social como se fosse a mesma práxis do operário, quando levado para sala de aula nos nossos cursos de graduação, não resultará em bons resultados pedagógicos e, também, ideológicos. Os nossos assistentes sociais em formação terão enorme dificuldade em compreender o que distingue, e o que aproxima, o assistente social dos operários no mundo em que vivemos. E o objetivo, em si louvável, de aproximar a profissão dos trabalhadores, não será alcançado.

Assistentes sociais enquanto trabalhadores

Mesmo que a práxis dos assistentes sociais e dos operários sejam muito distintas, não poderiam, ambos, pertencerem à mesma classe social, a dos trabalhadores?

Todas as sociedades de classe possuem por característica básica o fato de que uma parte da sociedade vive da riqueza produzida pela outra parte. É isso que distingue a classe dominante da classe dominada. Veja que não é um critério político que distingue as classes, mas antes e em primeiro lugar um critério produtivo-econômico: uma produz a riqueza, a outra parasita a riqueza produzida. A classe dominante detém o poder político porque sem este poder a exploração da outra classe não poderia acontecer, mas o poder político é decorrente da necessidade de se explorar o trabalho alheio, e não o contrário. Por isso, a destruição do poder político é insuficiente para o fim da exploração dos homens pelos homens, enquanto que a destruição da exploração na sua base produtiva, material, é o fundamento para que o poder político se torne desnecessário e anacrônico.

Na sociedade escravista, os escravos produziam a riqueza e os senhores de escravos eram a classe parasitária; no feudalismo, temos os servos e os senhores feudais enquanto que, no modo de produção asiático, encontramos os camponeses e as castas superiores (ou, na China, mandarins). No capitalismo, os operários e a burguesia são as duas classes fundamentais. Em todos esses modos de produção, sem qualquer exceção, a classe dominante precisou criar uma série de profissões que auxiliam na organização e reprodução das relações sociais que viabilizam a exploração dos trabalhadores. Tanto no escravismo quanto no feudalismo, no modo de produção asiático assim como no capitalismo, entre as classes fundamentais (os produtores de riqueza e os parasitas) encontramos uma camada social intermediária. Marx, no *18 Brumário* (Marx, 1977: 229), denomina essa camada intermediária de "classe de transição". Ela é composta por aqueles indivíduos que não pertencem aos operários porque não produzem o "conteúdo material da riqueza", mas que não são membros da classe dominante porque não possuem a propriedade dos meios de produção. Estes indivíduos são, na enorme maioria das vezes, assalariados pagos pela classe dominante com os recursos que ela retira da exploração dos trabalhadores. Por isso são, também, do ponto de vista econômico e produtivo, parasitários da riqueza produzida pelos trabalhadores. E eles exercem uma função social muito precisa: auxiliam a classe exploradora na reprodução da sociedade que vive desta exploração. Foi assim com os escribas no Egito Antigo, com os funcionários públicos no Império Persa, na Grécia e em Roma; o mesmo ocorreu com os soldados e capatazes dos senhores feudais na Idade Média e o mesmo ocorre com a (impropriamente) denominada "classe média" no capitalismo.

Há, portanto, uma diferença fundamental entre os operários e os assistentes sociais: os operários produzem a riqueza que move e sustenta toda a sociedade. Os assistentes sociais não apenas não produzem essa riqueza, como ainda vivem da riqueza produzida pelos operários no campo e na cidade.

Este, portanto, o primeiro fato que não deve ser esquecido: os assistentes sociais são parte da porção parasitária da sociedade. Vivemos todos da riqueza produzida pelos operários.

Mas há um segundo aspecto a complicar ainda mais a situação. A burguesia possui uma característica, enquanto classe dominante, que a distingue das outras classes que a antecederam. Nos modos de produção anteriores a riqueza era acumulada na exploração da transformação da natureza pelos escravos, camponeses ou servos; a burguesia, contudo, criou uma forma de riqueza que pode ser acumulada¹ *também pela exploração daquelas outras práxis que atuam sobre as relações sociais, como ocorre com os assistentes sociais.*

Um pouco de economia, agora, é indispensável: a acumulação do capital se faz pela apropriação da mais-valia. Essa mais-valia é a diferença entre o que é pago ao trabalhador e o valor da mercadoria que ele produziu. Como a mercadoria, no sistema capitalista, pode ser tanto a natureza transformada (o martelo) como um serviço (uma aula, uma atividade de assistência social, um show de música, etc.), em todos esses casos o burguês pode ter lucro e acumular capital. Portanto, a fonte da mais-valia pode ser tanto o trabalho operário (que atua sobre a natureza) como o assistente social e o cantor (que não atuam sobre a natureza mas, antes, sobre os indivíduos e as relações sociais). E isso porque o cantor, o operário e o assistente social produzem mercadorias que podem ser comercializadas por um valor maior do que o salário pago a esses profissionais. Diferente dos modos de produção passados, portanto, a burguesia conseguiu, com o capitalismo, uma fonte de riqueza muito mais ampla e dinâmica, pois agora consegue tirar lucro não apenas do trabalho que transforma a natureza mas, também, de uma enorme gama de profissões que produzem serviços e que atuam diretamente nas relações sociais. Esse é o caso do serviço social.

Apesar do assistente social viver da riqueza produzida pelo operário, ele também pode ser uma fonte de mais-valia para a mesma burguesia que explora o operário e que utiliza o assistente social como um auxílio para a reprodução da sociedade burguesa. Veja que aquilo que Marx chama de

¹ Atenção, aqui: o fato de ser acumulada não significa imediatamente que possa ser, também *produzida*. Um comerciante pode fazer crescer seu capital com a venda de uma

"classes de transição" aparecem aqui em toda a sua ambigüidade. Sua função social e história é auxiliar à burguesia na manutenção e administração da sociedade burguesa. Contudo, a burguesia, para ampliar sua fonte de lucro, também explora o trabalho dessas camadas intermediárias. Isso ocorre com o assistente social e, também, com outras profissões assemelhadas como a dos professores. O assistente social pertence, portanto, à essa "classe de transição" entre a burguesia e o operário. Tal como a burguesia, vive da riqueza produzida pelo operário. Tal como o operário, é fonte de mais-valia para a burguesia.

O assistente social é, portanto, ao mesmo tempo um "trabalhador" explorado pela burguesia e um "trabalhador" que vive da riqueza produzida pelo outro tipo de "trabalhador" que é o operário. Como isso é possível? Resumindo ao máximo, pelas seguintes mediações:

a) o operário, ao transformar a natureza, produz o "conteúdo material da riqueza social, qualquer que seja a sua forma" (Marx, 1973: 46);

b) esta riqueza é apropriada, sob a forma da mais-valia, pela burguesia, que a utiliza para pagar os custos da produção (matéria-prima, instalações, energia, etc.), pagar o salário dos operários e pagar os salários dos profissionais que lhe auxiliam diretamente na organização da produção (administradores, gerentes, etc.);

c) uma outra parte dessa riqueza apropriada pela burguesia é utilizada para custear o instrumento especial de repressão a serviço da classe dominante que é o Estado. O meio com que isso ocorre (sem falar das propinas e coisas do estilo) são os impostos. Eles representam uma transferência de uma parcela da riqueza produzida pelos operários para o Estado que, então, a emprega para pagar os profissionais que atuam na organização das relações sociais e nas instituições úteis à burguesia. Salvo raríssimas exceções, assim são pagos os políticos, os juízes, os funcionários públicos e, entre eles, os assistentes sociais. (Há aqui, uma mediação que possibilita à burguesia diminuir a parcela da riqueza que transfere para o Estado: os próprios assalariados do Estado devolvem uma parte de seus salários pagando impostos. Com isso os funcionários públicos custeiam, com parte dos seus vencimentos, os custos que representam para a burguesia).

d) Portanto, do ponto de vista estritamente econômico, o salário do funcionário público tem a mesma origem da riqueza da burguesia: a exploração do trabalho operário. Contudo, ainda do ponto de vista estritamente econômico: enquanto a burguesia se apropria diretamente da riqueza produzida pelos

mercadoria que ele não produziu. Acumulação e produção da riqueza não são sinônimos, ainda que possam coincidir em alguns momentos.

operários, a "classe de transição" (à qual pertencem os assistentes sociais) se apropria indiretamente. No caso dos funcionários públicos, pela mediação do Estado.

e) Há um outro conjunto de assalariados que cumprem uma função distinta da função dos funcionários públicos. Sua função social é, principalmente, possibilitar que o produzido nas fábricas e no campo seja vendido. Vender, em si mesmo, não produz qualquer novo conteúdo material de riqueza; mas, se a mercadoria não for vendida, o industrial ou o latifundiário tem prejuízo, pois não consegue transformar em dinheiro aquilo que produziu. Ainda que o comércio (e os bancos) não produzam riqueza, sem sua atividade o burguês não acumula capital. Se não produzem a riqueza, os assalariados do comércio e dos bancos também vivem da riqueza produzida pelos operários. Contudo, com uma mediação distinta, que não o Estado: os industriais e latifundiários transferem uma parte da mais-valia que retiram diretamente dos operários para os comerciantes e banqueiros. Estes contratam trabalhadores assalariados para atuarem na venda de mercadorias (os banqueiros vendem o dinheiro e o preço deste são os juros) e, portanto, pagam os seus salários com a riqueza que foi originalmente produzida pelos operários.

Contudo, como os comerciantes e banqueiros têm todo o interesse em ficar com a maior parcela possível dessa riqueza a eles transferida pela indústria e pela agricultura e, por outro lado, como os assalariados do comércio e os bancários têm o interesse em aumentar ao máximo os seus salários, abre-se aqui uma disputa entre essas classes sociais pela repartição da riqueza transferida para esse setor da economia (comércio e bancos, fundamentalmente).

Em suma: a riqueza produzida pelos operários da cidade e do campo sustenta toda a sociedade. Sustenta diretamente quando é apropriada e convertida em capital sob a forma de mais-valia. Indiretamente quando, apropriada pelo Estado sob a forma de impostos, serve para pagar os salários dos funcionários públicos e os custos da administração da "coisa pública" indispensável à reprodução da sociedade capitalista. Ainda indiretamente, quando é convertida em lucro do comércio e dos bancos e, também, para o pagamentos dos assalariados do comércio e do sistema financeiro.

Podemos então perceber que os assistentes sociais em instituições públicas ou em empresas privadas, de um modo ou de outro, com uma mediação ou outra, vivem da riqueza produzida pelos operários. Por isso, tal como todas as outras "classes de transição", os assistentes sociais são assalariados porém não são operários. E, pela mesma razão, diferente da totalidade da "classe de transição", o proletariado é a única classe que vive da riqueza por ela produzida. É por essa razão, e não por qualquer outra, que os operários conformam a única classe que nada tem a perder com a superação

da sociedade capitalista a "não ser seus grilhões"; por isso os operários são, ao fim e ao cabo, a única classe social historicamente comprometida com a superação da propriedade privada.

O assistente social, portanto, não apenas não "trabalha" como o operário, como ainda é um "trabalhador" distinto do operário. O que os aproxima é apenas a forma aparente de sua inserção no mercado de trabalho, o fato de serem assalariados. Mas, por baixo dessa semelhança epidérmica, há enormes distinções ontológicas: suas práxis são muito distintas e pertencem a distintas classes sociais.

3- Conclusão

Não há, portanto, nenhum sentido em propor-se o "modelo" do trabalho operário para pensar-se a práxis profissional dos assistentes sociais. Assim como não teria qualquer cabimento fazer o mesmo com outras atividades como a educação, a política, etc. Elas são práxis ontologicamente distintas porque atuam sobre uma "materialidade" distinta (para sermos precisos: atuam uma distinta porção da causalidade). Os operários atuam sobre a matéria-prima, sempre a natureza em algum grau transformada. Os assistentes sociais atuam sobre as relações sociais, produtos exclusivos do pensamento e da atividade dos homens ao longo da história.

Não há, também, qualquer rigor científico na proposição do assistente social e do operário como pertencentes à mesma classe social, a dos "trabalhadores". O conceito de "classe trabalhadora", quando empregada para velar a distinção ontológica entre o proletariado e os outros assalariados, não cumpre outra função senão velar o processo de luta de classes típico dos marcos do capitalismo.

Por essas razões não é correta a afirmação de ser a práxis do assistente social um "processo de trabalho" tal como o do operário.

Bibliografian

Granneman, S. "Processos de Trabalho e Serviço Social". Capacitação em Serviço Social e Política Social. CFESS-ABEPSS-CEAD-UNB, 1999.

Marx, K. *18 Brumário de Luis Bonaparte*. In *Textos*, vol.3, Ed.Sociais, São Paulo, 1977.

Marx, K. *O Capital*. Vol I, tomo I, Ed. Abril, 1973, pg. 46.

Macedo, G. "Aproximação do Serviço Social como Complexo Ideológico". *Temporalis*, n. 1, 2000.